

LEIRIA CONCELHO EDUCADOR – PERCURSO DE UMA POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL

Anabela Graça

Câmara Municipal de Leiria
agraca@cm-leiria.pt

José Manuel Silva

Assembleia Municipal de Leiria
pam@cm-leiria.pt

Resumo

O conceito de Cidade Educadora parte do pressuposto de que educar é uma responsabilidade de todos, de toda a sociedade e que a Educação não se circunscreve exclusivamente à escola, sendo um direito de todos ao longo da vida. Em termos de política educativa, o Município de Leiria há cerca de 25 anos que caminha no sentido de agir para dar resposta às necessidades locais do território e da comunidade, quer ao nível da reorganização da rede escolar, quer também no que diz respeito à componente pedagógica. 'Leiria Concelho Educador – 2013/2017' é hoje o lema do Projeto Educativo Municipal, um desígnio que agrega vários agentes socioeducativos e cujas áreas de intervenção se interrelacionam e complementam, procurando desenvolver um concelho que se pretende naturalmente educador mas também dotado de novas competências no domínio da inovação, da criatividade e estimulador de práticas de excelência em diferentes áreas de intervenção. Esta evolução foi responsável pelo estreitamento de laços entre a escola e a comunidade e pela definição de uma estratégia de política educativa.

Palavras-chave: Cidade educadora; Educação formal; Educação não formal; Projeto Educativo Municipal.

Abstract

In the text, the authors start by presenting the legal framework and the contexts in which local authorities act today, for the powers of the authorities to “promote and

protect the interests of the population in different areas, including education". Such action includes intervention in infrastructure and educational, as well as territorial representation before the school authorities and the municipal government through, respectively, the General Council of schools/groups of schools and the Education of the City Council. About 25 years the city of Leiria has sought to respond to local needs of the region and the community, through the reorganization of the school system and teacher training. In 1990 it was drafted the first Map of the School District of Leiria, which was approved on May 2007 by the Ministry of Education. In July 2013, the City of Leiria proceeded to the preparation and approval of the Municipal Education Project under the slogan 'Leiria County Educator – 2013/2017'.

Keywords: Educating city; Formal education; Non-formal education; City Council Education.

Municípios na Construção de um Projeto Educativo Municipal

O presente texto traduz uma reflexão sobre como o Município de Leiria tem acompanhado as disposições político-administrativas da Educação. Retrata essencialmente o percurso de 25 anos de ação educativa que traduz a mudança de uma conceção político-administrativa da Educação para uma gestão estratégica de proximidade.

O papel das autarquias no desenvolvimento da sociedade portuguesa é amplamente reconhecido como uma das conquistas mais marcantes da construção da democracia pós 25 de abril.

O atual quadro legal português enquadra como atribuições das autarquias, a promoção e salvaguarda dos interesses das populações, em diferentes domínios, nomeadamente no da Educação e, embora ainda com pouca expressão no âmbito da administração educativa, é notório o papel de crescente importância que as mesmas têm vindo a assumir na vida das escolas e das comunidades educativas, tal como referem Lemos e Figueira (2002).

Em 1999, é reforçado o âmbito das competências das autarquias nesta matéria, e que ainda hoje permanecem. Assim, genericamente, compete-lhes participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos, investir nos domínios da



construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico (1.º ciclo), elaborar a carta educativa e criar os conselhos municipais de educação, entre outros.

Para além da intervenção ao nível das infraestruturas, as autarquias assumem-se como interlocutores na política educativa local, com destaque para a participação em dois órgãos distintos: o Conselho Municipal da Educação (CME) e o Conselho Geral das escolas/agrupamentos de escolas, conforme preconiza o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino públicos.

Face aos recentes desenvolvimentos a nível económico e social, com a crescente diminuição da população escolar, o aumento de desemprego e a emigração, afigura-se necessário repensar os critérios de planeamento, entrecruzando as competências dos vários atores e as diferentes sinergias, proporcionando uma transferência cada vez maior de poderes e funções do nível central para o local. Villar (2001) defende a relação escola/cultura/território, como uma possibilidade de resposta.

Embora com alguma lentidão, Portugal caminha para uma certa *territorialização das políticas educativas*. Em Portugal predomina a decisão a nível central, sendo mínima a decisão a nível local. Azevedo (2001: 241) considera que “um sistema educativo que cultiva a uniformidade, a centralização e se fecha sobre si próprio, tem muitas dificuldades em preparar os cidadãos para exercerem a autarquia, o poder próprio, isto é, não educa para a autonomia e para a iniciativa”. O autor defende a criação de pequenas redes locais de entreatajuda e de solidariedade, tais como redes de recursos, projetos de educação e formação envolvendo empresas, escolas, autarquias, outras instituições e organismos.

Este processo conduz a um novo conceito de escola, que procura a articulação e integração de recursos, de modo a proporcionar um percurso sequencial, não compartimentado e interligado com o desenvolvimento social local. Assim, os novos critérios de planeamento educativo vão para além da mera administração de espaços, exigindo-se, cada vez mais, a introdução de uma gestão local da educação com maior envolvimento de todos os parceiros. A Educação não se circunscreve à escola.

Através do processo de descentralização de competências procura-se responder de forma adequada à diversidade de situações, proporcionando e valorizando a inovação e iniciativa local, fomentando a ligação da educação e formação aos territórios geográficos e sociais.

Na procura de respostas para os problemas sociais, a escola vê alargado o seu campo tradicional de atuação, na medida em que a sociedade se volta para a escola, sendo necessário definir claramente a relação existente entre espaços e funções educativas e sociais, articulando recursos, criando parcerias e definindo áreas de concentração educativa, em que a ação das autarquias é fundamental.

Claramente, a atividade educacional dos municípios não se limita às ações relativas ao exercício das suas competências legais. Os municípios promovem o combate à exclusão social, ao insucesso, interessam-se pela formação profissional dos jovens e adultos e promovem políticas de formação cívica da população, entre outras atividades que não vêm expressamente focadas no elenco de competências e obrigações do município.

João Pinhal (2004) defende que é possível pensar-se na existência de uma política do município que estabeleça metas e estratégias de desenvolvimento para a educação a nível local e pensar-se na construção de verdadeiros territórios educativos próprios, que resultem de contribuições concertadas das autoridades locais e das organizações educativas escolares e não escolares.

Neste contexto, Pinto (2001) identifica o espaço local como o centro nevrálgico para a implementação de políticas educativas com fortes impactos sobre a redistribuição social de recursos, valores e oportunidades, com maior capacidade de exercer papéis estratégicos, onde, apesar do centralismo do Estado, as autarquias assumem novas competências, tendo por referência os recursos e potencialidades locais (*apud* Villar, 2001).

Como refere Isabel Guerra (2001: 8) territorializar é

“aproximar as decisões daqueles a quem diz respeito, considerar a multiplicidade de atores, permitir a expressão plural das necessidades e discursos. É, ainda, tornar as decisões eficazes porque mais próximas dos problemas, mais adequadas às populações locais, mais abertas às iniciativas e energias locais. O local aparece como um recurso, lugar de inovação, de mobilização dos atores e da inteligência sob o olhar regulador do Estado”.

Territorialização é uma forma de organização em rede, através de parcerias (formais e informais) que promovam a comunicação entre atores, informação, negociação e partilha de recursos.



Em suma, é consensual que as autarquias têm assumido um papel cada vez mais importante nas dinâmicas sociais, promovendo a realização de trabalho em rede com os territórios vizinhos e com os agentes locais e respondendo às necessidades mais diretas das populações.

Começa a exigir-se uma maior corresponsabilização ao nível da tomada de decisão e implementação da política educativa local, maior articulação com os diretores, participação das autarquias na gestão dos orçamentos das escolas/agrupamentos, para além dos contributos na definição das linhas orientadoras, enquanto participantes dos conselhos gerais, pelo envolvimento direto na definição dos contratos de autonomia e pela introdução de componentes locais no currículo.

Mas, como alerta Alves (1999: 22), “a participação só faz sentido se as pessoas e as organizações tiverem poder de decisão e dispuserem de meios e de condições que permitam realizar as ações decididas”. Torna-se, assim, imperiosa a redefinição de papéis quer do Estado quer das autarquias, trilhando caminhos para uma construção cada vez mais local do projeto educativo.

Contudo, não há um modelo organizacional ideal, cada município tem uma situação política, social, económica, cultural, histórica, etc., pelo que terá de encontrar e definir o modelo que mais se adequa à sua realidade, preservando o respeito pela sua identidade.

Leiria Concelho Educador: Percorso de uma Política Educativa Local

O conceito de ‘Cidade Educadora’ parte do pressuposto de que educar é uma responsabilidade de todos, de toda a sociedade e que a Educação não se circunscreve exclusivamente à escola, sendo um direito de todos ao longo da vida.

Em termos de política educativa, há cerca de 25 anos que o Município de Leiria caminha no sentido de agir para dar resposta às necessidades locais do território e da comunidade, quer ao nível da reorganização da rede escolar, quer também no que diz respeito à componente pedagógica, operando a transição de uma conceção político-administrativa da educação para uma gestão de proximidade, planeada do ponto de vista técnico e científico, integradora das mudanças sociais.



Em 1990 foi elaborada a primeira Carta Escolar do concelho de Leiria, um documento pioneiro no contexto nacional, integrando os primeiros estudos realizados no nosso país conducentes à cartografia educativa dos municípios portugueses.

Foi retomada a construção da Carta Educativa de Leiria em 2005, realizada no âmbito da Associação de Municípios da Alta Estremadura e homologada em 29 de maio de 2007 pelo Ministério da Educação. Enquanto documento de planeamento estratégico tem permanecido até aos dias de hoje, acompanhada do respetivo processo de monitorização, que tenta adequar as propostas iniciais à atualidade. O Município prepara-se, neste momento, para construir uma nova Carta Educativa no sentido de dar respostas planeadas e equitativas face às recentes mudanças demográficas, sociais e educativas.

Também em 1990 foi constituído o primeiro Conselho Municipal de Educação criado por iniciativa do então denominado Pelouro da Educação do Município de Leiria. Reestruturado em 20 de abril de 2003, no seguimento da Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, mantém a mesma composição até aos dias de hoje. Atualmente dotado de poder estratégico de reflexão e apoio à Política Educativa Local. A génese de 'Leiria Concelho Educador' data também da década de 90 altura em que, no contexto de uma reestruturação do Pelouro da Educação do Município, se desenvolveram as primeiras atividades de *Animação Pedagógica* – um recurso cultural e científico aos professores, alunos e comunidade em geral. Nessa altura foram também dados os primeiros passos no âmbito da Educação Ambiental e da abertura das escolas à comunidade com a organização de uma exposição onde as escolas poderiam apresentar e dinamizar vários *ateliers*, numa perspetiva de aproximação da escola ao território e ao local.

Este processo teve continuidade nos mandatos seguintes, inicialmente com a criação de um Gabinete de Animação Pedagógica, onde se dinamizavam projetos pedagógicos: Educação pela Arte, Educação Ambiental, Aprender História de forma lúdica, Educação Ambiental, Festival de Teatro, 'Escola Viva com Teatro', Educação pela Música, Astronomia nas Escolas, Formação e Seminários. Posteriormente criou-se uma *Agenda de Informação Pedagógica* (2000 a 2010) que operacionaliza um projeto pedagógico que reúne, num só documento, várias áreas de apoio ao desenvolvimento das atividades letivas e pós-letivas, abrangendo desde a música, teatro, leitura, ambiente, cidadania, língua estrangeira, ciência, multiculturalidade e segurança.



A *Agenda de Informação Pedagógica*, que abarcava toda a oferta do Município de cariz pedagógico, foi o primeiro passo para a integração de Leiria, em 2005, na Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Projetos como 'Educação Ambiental', 'Educação para a Cidadania' (Assembleia de Pequenos Deputados) e 'Educação pela Arte' (Festival de Teatro Juvenil), tiveram continuidade ao longo dos vários mandatos autárquicos.

Já na década de 90, o Município tinha preocupação com a qualificação dos jovens menos favorecidos economicamente tendo-se criado um sistema de atribuição de bolsas de estudo para frequência do ensino superior, que se mantém até aos dias de hoje. De destacar ainda o 'Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar' que se iniciou em 1990 e respondeu às necessidades sociofamiliares locais. Em 1990/91 frequentavam o pré-escolar 1291 crianças do concelho de Leiria e em 1992/93, fruto de um aumento significativo do número de jardins-de-infância, 1515 crianças. A taxa de cobertura do pré-escolar estava ao nível do resto da Europa, atingindo perto de 80% da população em idade pré-escolar.

No que se refere à Componente de Apoio à Família, embora dando os primeiros passos no início da década de 90 por iniciativa municipal, em 2009 e por via legislativa, atingiu os 100% ao nível da cobertura de atividades de animação socioeducativa e serviço de refeições. Ainda neste âmbito, foi promovido pelo Município o 'Programa de refeições para o 1.º ciclo' e 'Apoio aos Tempos Livres – 1.º ciclo'. Atualmente aposta-se na qualidade destes serviços, das Atividades de Animação e Apoio Familiar (pré-escolar) e das Componentes de Apoio à Família (1.º ciclo).

Em julho de 2013, o Município de Leiria encontrava-se finalmente em condições de elaborar e aprovar o seu Projeto Educativo Municipal (PEM). Numa primeira fase, foram realizadas as seguintes ações:

Análise de conteúdo de todos os Projetos Educativos das Escolas; 'Município vai à Escola', que consistiu na recolha de informação *in loco*, junto da comunidade educativa de cada território (escolas, pais, freguesias); Fóruns de auscultação e discussão das problemáticas educativas locais ('Fórum melhorar a Escola' – destinatários assistentes operacionais das escolas; 'Fórum Orientação Profissional: Onde? Quando? Como?' – destinatários diretores e técnicos SPO; 'Fórum da Qualidade da Escola a Tempo Inteiro' – destinatários entidades parceiras; 'Fórum Educação' – destinatários docentes); Reunião com diretores dos agrupamentos de



escolas, escolas públicas e privadas; Elaboração de um estudo: *Ensino com vertente profissionalizante – O que temos e o que queremos*; Elaboração do estudo: *Educação Especial no Concelho de Leiria*; Recolha de contributos no 1.º Conselho Municipal de Educação do quadriénio 2013/2017.

Deste processo foi constituído um núcleo executivo para construção do PEM, composto por representantes do Conselho Municipal de Educação e da Câmara Municipal de Leiria.

Na segunda fase, desenvolveu-se um pré-projeto: Elaboração de proposta de PEM – Leiria Município Educador; Discussão de proposta de PEM com os diretores dos Agrupamentos de Escola e recolha de contributos; Segundo Conselho Municipal de Educação – apresentação e discussão de propostas de PEM.

O passo seguinte consistiu na reformulação de propostas pelo núcleo executivo e consequente apresentação do PEM – *Leiria Concelho Educador*. O PEM consagra uma orientação educativa e a participação dos atores educativos na construção de uma verdadeira comunidade crítica de aprendizagem. Um projeto educativo de âmbito concelhio que visa a integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, estreitando os laços entre a escola e a comunidade, valorizando a iniciativa dos membros da comunidade educativa, na dupla perspetiva de satisfação dos objetivos do sistema educativo e da realidade social em que a escola se insere. Pretende-se que seja uma plataforma de enriquecimento dos projetos pedagógicos comuns às escolas de um território – o Concelho de Leiria. cuja missão é contribuir para um concelho educador, inovador, criativo e de excelência, visando articular estratégias entre todos os atores da comunidade educativa. E desta forma contribuir para a qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação, a criatividade e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento do Concelho de Leiria.

O PEM estrutura-se em torno de três grandes eixos estratégicos de intervenção prioritários. O Eixo 1 – Promoção do Sucesso Educativo, Aprendizagem ao longo da vida e Empregabilidade – remete para a necessidade de atuar ao nível do aumento das competências académicas e sociais de alunos, incentiva uma cultura de escolaridade prolongada e aprendizagem ao longo da vida e preocupa-se com a elevação dos níveis de qualificação e aumento da taxa de empregabilidade. O Eixo 2 – Criação de um Concelho Educador – define objetivos relacionados com o desenvolvimento de programas, projetos e ações de educação para a cidadania em



todos os estabelecimentos de educação e ensino concelhios, da rede pública e da rede privada. A promoção do conhecimento do Concelho e do seu património histórico, cultural e ambiental, o aumento dos níveis de participação cívica da comunidade educativa, a melhoria da oferta de serviços que promovam a conciliação entre a vida profissional e familiar são as outras prioridades deste eixo. O Eixo 3 – Articulação/Comunicação e Planeamento na comunidade educativa – visa consolidar uma cultura de efetiva articulação e trabalho em rede de todos os parceiros educativos, promover a partilha de informação e criar uma estrutura integradora e gestora da oferta educativa e formativa.

Para cada eixo foram definidos objetivos estratégicos, de modo a facilitar a sua execução e alcance. Procurou-se elaborar objetivos concretizáveis e adaptados às necessidades previamente avaliadas. A definição de estratégias de ação/intervenção, tal como referido anteriormente, resultou de um trabalho conjunto entre a autarquia e os parceiros educativos e sociais do Concelho. Procurou-se que a definição de estratégias fosse a mais participada possível, no sentido de envolver os diferentes elementos/entidades e, conseqüentemente, promover o empenho de todos ao longo da sua implementação.

Leiria Concelho Educador – 2013/2017 é hoje o lema do Projeto Educativo Municipal, um desígnio que agrega vários agentes socioeducativos e cujas áreas de intervenção se interrelacionam e complementam, procurando desenvolver um concelho que se pretende naturalmente educador mas também dotado de novas competências no domínio da inovação, da criatividade e estimulador de práticas de excelência em diferentes áreas de intervenção: Educação inclusiva e solidária; Educação patrimonial; Educação para a ciência, ambiente e sustentabilidade; Educação para a saúde; Educação para a leitura; Educação para a arte; Educação para a cidadania e empreendedorismo; Educação para o sucesso escolar; Formação e comunicação.

Desde cedo, o Município de Leiria intervém para além das competências atribuídas por lei, numa lógica de aproximação e desenvolvimento local. Poderemos concluir que, no Município de Leiria nos últimos 25 anos, pensar Educação é definir claramente a relação existente entre espaços e funções educativas e sociais, articulando recursos, criando parcerias e definindo áreas de concentração educativa devendo basear-se numa estratégia planeada e estruturada, procurando a obtenção de resultados mais assertivos face às necessidades e potencialidades locais. Esta

evolução foi responsável pelo estreitamento de laços entre a escola e a comunidade e pela definição de uma estratégia de política educativa que tem como objetivo contribuir para a qualidade da educação e formação ao longo da vida, valorizando a inclusão, a cooperação e o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento do Concelho de Leiria.

Bibliografia

- Alves, J. M. (1999). *A escola e as lógicas de acção. As dinâmicas políticas de uma inovação instituinte*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2001). *Avenidas de liberdade: reflexões sobre política educativa*. (3.ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Cruz, L. B. (1995). Autarquias locais e educação: o presente e o futuro. In *Educação, comunidade e poder local. Actas do Seminário realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994*. (pp. 275-276). Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Guerra, I. (2001). *Espaços de educação, tempos e formação*. Conferência/comentário à Mesa Redonda “Espaço da organização escolar”, Fundação Calouste Gulbenkian, 29 de novembro (texto não editado).
- Lemos, J., & Figueira, J. (2002). *Estatuto dos parceiros da comunidade educativa: legislação anotada*. Porto: Porto Editora.
- Pinhal, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In J. A. Costa, A. Neto-Mendes, & A. Ventura (org.), *Políticas e gestão local de educação. Actas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar*. (pp. 45-60). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Silva, J. M. (2007). *Da centralização à municipalização. Novos desafios para a gestão do sistema educativo*. Comunicação apresentada ao IX Congresso da SPCE “Educação para o sucesso: políticas e actores”, realizado na Universidade da Madeira, 26-28 de abril. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/314/1/Da%20centraliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20municipaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Silva, J. M. (2014). La escuela portuguesa en el siglo XXI. Autonomía y participación. *EDUCAR*, Barcelona [no prelo].
- Villar, M. (2001). *A cidade educadora: nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.